

SEMANA DE 04 A 08 DE SETEMBRO DE 2017

1. ALMEIDA, Úrsula Ribeiro. Writ of certiorari do direito estadunidense. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 42, n. 266, p. 483-515, abr. 2017.
2. ALVES, Renato José Ramalho. Tratados internacionais em matéria tributária no Brasil: aplicabilidade e questões controversas. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo, v. 25, n. 134, p. 37-64, maio/jun. 2017.
3. ARELLANO, Luis Felipe Vidal. Para além da reserva do possível: cognição conglobante e dialética pública no controle jurisdicional de políticas públicas. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 42, n. 266, p. 393-417, abr. 2017.
4. BASTOS, Ricardo Victor Ferreira. A compreensão do Sistema Tributário Nacional e sua importância para fixação dos precedentes. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo, v. 25, n. 134, p. 133-150, maio/jun. 2017.
5. BATTI, Gabriel Bez. O alcance da imunidade do ITBI sobre a transmissão de bens incorporados ao patrimônio da pessoa jurídica em realização de capital. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo, v. 25, n. 134, p. 201-223, maio/jun. 2017.
6. BRAGA, Suelim Iasmine dos Santos. Mínimo essencial como limite implícito ao poder de tributar. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo, v. 25, n. 134, p. 111-130, maio/jun. 2017.
7. BUCHMANN, Adriana. A inversão do ônus da prova oficiosa no novo CPC e a imposição de limites pela existência de convenção probatória. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 42, n. 266, p. 55-78, abr. 2017.
8. CALCINI, Fabio Pallaretti. Imposto de renda: cisão empresarial. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo, v. 25, n. 134, p. 415-460, maio/jun. 2017. Jurisprudência comentada.
9. _____. Imposto de renda: pessoa física. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo, v. 25, n. 134, p. 461-474, maio/jun. 2017. Jurisprudência comentada.
10. CAMBI, Accacio. Algumas considerações sobre inovações introduzidas no processo de execução de títulos extrajudicial do código de processo civil 2015. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 42, n. 266, p. 229-252, abr. 2017.
11. CAMPOS, Hélio Silvío Ourém. O imposto sobre grandes fortunas no Brasil e a possível retirada desse dispositivo da CF/88. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo, v. 25, n. 134, p. 243-276, maio/jun. 2017.
12. CAMPOS, Marcelo. Cadastros de inadimplência: exclusão de nome de contribuinte. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo, v. 25, n. 134, p. 408-414, maio/jun. 2017. Jurisprudência comentada.
13. _____. Crédito tributário: suspensão da exigibilidade. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo, v. 25, n. 134, p. 399-407, maio/jun. 2017. Jurisprudência comentada.
14. _____. Imposto de renda: correção monetária da tabela. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo, v. 25, n. 134, p. 359-368, maio/jun. 2017. Jurisprudência comentada.
15. _____. IPTU: extensão dos efeitos da coisa julgada material para exercícios posteriores. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo, v. 25, n. 134, p. 392-398, maio/jun. 2017. Jurisprudência comentada.
16. _____. PIS e COFINS: base de cálculo. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo, v. 25, n. 134, p. 369-391, maio/jun. 2017. Jurisprudência comentada.
17. CAPIOTTO, Gabriele Mutti. Saneamento do processo no novo código de processo civil. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 42, n. 266, p. 79-97, abr. 2017.
18. CARNEIRO, Laura Elizandra Machado. O crédito público e sua relação com a corrupção e a confiança. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo, v. 25, n. 134, p. 329-350, maio/jun. 2017.
19. CASTRO, Roberta Dias Tarpinian de. A prova emprestada e o risco de ficar eternamente vinculado a uma inadequada instrução probatória. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 42, n. 266, p. 175-205, abr. 2017.
20. COSTA NETO, Jose Wellington Bezerra. Vinculação a precedentes e livre convencimento judicial. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 42, n. 266, p. 447-480, abr. 2017.
21. CURY, Augusto Jorge. Limites do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça quanto ao juízo

de revisão dos recursos extraordinários lato sensu: breve análise. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 42, n. 266, p. 291-317, abr. 2017.

22. FREITAS, Rosa Maria; LUNA, Rafael Alves de; OLIVEIRA, Gabriela Suele Carneiro de. O reconhecimento da autonomia do sujeito e transformações do papel do Estado na gestão dos litígios no novo código de processo civil: do sistema multiportas à conciliação no novo código de processo civil. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 42, n. 266, p. 519-544, abr. 2017.
23. GRUENBAUM, Daniel Cabral. Competência internacional indireta: art. 963, I CPC 2015. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 42, n. 266, p. 99-151, abr. 2017.
24. MENEZES, Alex Pereira. A suposta irresponsabilidade na gestão fiscal causada pela inércia na instituição e arrecadação de tributos. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo, v. 25, n. 134, p. 309-327, maio/jun. 2017.
25. MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. Competência internacional: limites à jurisdição nacional, em matéria de ação popular revisional de prestação alimentícia e partilha de bens: parecer. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 42, n. 266, p. 365-391, abr. 2017.
26. MORAES, André Souza Pedroso de. Validade, vigência, eficácia e aplicação de normas jurídicas sob ponto de vista estrutural do sistema. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo, v. 25, n. 134, p. 17-33, maio/jun. 2017.
27. MOTA, Sergio Ricardo Ferreira. Tratados internacionais como fonte de direito tributário no Brasil versus princípio da legalidade tributária. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo, v. 25, n. 134, p. 65-97, maio/jun. 2017.
28. OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. O depósito obrigatório da ação rescisória e a superveniência do novo CPC. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 42, n. 266, p. 319-337, abr. 2017.
29. REZENDE, Renato Horta. A impostergável necessidade de adequação da administração pública tributária à lógica racional negocial pós-moderna. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo, v. 25, n. 134, p. 279-305, maio/jun. 2017.
30. RODOVALHO, Thiago. A oposição no novo código de processo civil: de modalidade de intervenção de terceiros à condição de ação verdadeiramente autônoma. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 42, n. 266, p. 207-225, abr. 2017.
31. SANTOS, Carlos Eduardo Edinger de Souza. Distinguishing: raciocínio analógico. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 42, n. 266, p. 421-446, abr. 2017.
32. SANTOS, Ceres Linck dos. Anamnese e o jiz: contribuições à efetividade sistêmica da tutela antecipada antecedente nas ações individuais de saúde. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 42, n. 266, p. 341-363, abr. 2017.
33. SARLET, Ingo Wolfgang. O Supremo Tribunal Federal e o controle interno de convencionalidade na base dos tratados internacionais de direitos humanos. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 42, n. 266, p. 23-51, abr. 2017.
34. SOUZA, Cecília Monte Xavier de. Planejamento tributário legítimo e a segurança jurídica à luz da Constituição Federal de 1988. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo, v. 25, n. 134, p. 153-174, maio/jun. 2017.
35. VIEIRA, Guilherme Siqueira. A regulamentação tributária dos serviços over the top: uma análise do PLC 366/2013. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo, v. 25, n. 134, p. 225-241, maio/jun. 2017.
36. VIEIRA, Lucas Pacheco. Obrigações acessórias excessivamente onerosas: custos de conformidade e princípios constitucionais. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo, v. 25, n. 134, p. 177-198, maio/jun. 2017.
37. VITA, Jonathan Barros. Desconsideração da personalidade jurídica e as alterações do novo código de processo civil: uma análise à luz da função social da empresa. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 42, n. 266, p. 153-173, abr. 2017.
38. WALTER, Carlos Humberto. Abuso do poder de tributar: aplicação do princípio da razoabilidade em matéria tributária. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo, v. 25, n. 134, p. 101-109, maio/jun. 2017.

SEMANA DE 11 A 15 DE SETEMBRO DE 2017

1. ANTÚNEZ SÁNCHEZ, Alcides Francisco; ZAMORA MAYORGA, Darwin Javier; GUANOQUIZA, Lucas. El usufructo en el ordenamiento jurídico cubano. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, v. 16, n. 92, p.9-21, mar./abr. 2017.

2. ALBERGARIA, Bruno. Proteção ambiental ou proteção comercial?: o jacaré brasileiro: um caso bem sucedido. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, v. 16, n. 93, p. 32-47, maio/jun. 2017.
3. AMORIM, Camila Silva de. Os princípios do direito ambiental da precaução e da prevenção num paralelo com os conceitos de previsibilidade e previsão. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, v. 15, n. 90, p. 9-16, nov./dez. 2016.
4. BATISTA, Carlos Campdesuñer; FONSECA, Bernardo Alena; ANTÚNEZ SÁNCHEZ, Alcides Francisco. La contaminación ambiental en la industria, problemática del desarrollo sostenible en la producción de cemento. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, v. 16, n. 93, p. 9-25, maio/jun. 2017.
5. BELEM, Bruno Moraes Faria Monteiro. Pagamento por serviços ambientais. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, v. 15, n. 89, p. 9-14, set./out. 2016.
6. BRITTO, Lucas Galvão de. A base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS após a decisão do RE 574.706/PR: derivações a partir da premissa fixada pelo STF. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 106, n. 980, p. 79-91, jun. 2017.
7. CAMARGO, Gerson Ziebarth. Limites, possibilidades e consequências da extensão do contraditório ao inquérito policial: reflexões sobre o PLS 366/2015. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 106, n. 980, p. 331-348, jun. 2017.
8. CAVALCANTE, Fátima Maria Lyra. Regularização fundiária urbana: instrumentos jurídicos para a implementação de políticas habitacionais sob território público. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, v. 15, n. 89, p. 22-35, set./out. 2016.
9. COELHO, Hamilton Antonio. O princípio da razoabilidade aplicado às licitações sustentáveis. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, v. 15, n. 90, p. 35-36, nov./dez. 2016.
10. COELHO, Sacha Calmon Navarro. Os impostos dos Estados e do Distrito Federal: dos princípios e das vedações que lhes são próprios. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 106, n. 980, p. 49-68, jun. 2017.
11. CORBO, Wallace de Almeida; GARCIA, Rodrigo Saraiva Porto; SILVA, Jorge Luis da Costa. A criação de subclasses e a possibilidade de tratamento diferenciado entre credores na recuperação judicial. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 106, n. 980, p. 279-294, jun. 2017.
12. COSTODIO FILHO, Ubirajara. A Itaipu e a Lei das estatais. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 106, n. 980, p. 95-111, jun. 2017.
13. DANTAS, Nícia Olga Andrade de Souza. A importância da economia na saúde e a influência das regras atuariais na elaboração dos preços dos prêmios nos contratos de planos privados de assistência à saúde: reajuste etário de última faixa (59 anos) e o risco intergeracional. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 106, n. 980, p. 601-605, jun. 2017. Jurisprudência comentada.
14. DELPUPO, Poliana Moreira. Os princípios, objetivos, instrumentos e a responsabilidade civil na Lei da Política Nacional dos resíduos sólidos lesivos ao meio ambiente. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, v. 15, n. 89, p.50-56, set./out. 2016.
15. DOSSO, Taísa Cintra. Planejamento urbano e concepção urbanística da propriedade. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, v. 16, n. 92, p. 60-66, mar./abr. 2017.
16. EL KHALILI, Amyra. A construção de outro modelo de finanças depende de uma estratégia socioambiental. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, v. 16, n. 92, p. 22-27, mar./abr. 2017.
17. _____. Aliança RECOs: 20 anos construindo um novo modelo econômico para a América Latina e o Caribe. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, v. 15, n. 90, p. 53-55, nov./dez. 2016.
18. _____. As commodities ambientais e a métrica do carbono. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, v. 16, n. 93, p. 26-31, maio/jun. 2017.
19. _____. Carbono na COP22: um eficiente indexador para combustíveis fósseis. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, v. 16, n. 91, p. 71-72, jan./fev. 2017.
20. FARIAS, Talden Queiroz. A trajetória de Paulo Affonso Leme Machado e o direito ambiental brasileiro. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, v. 16, n. 92, p. 67-68, mar./abr. 2017.
21. _____. Considerações a respeito do plano de recuperação de áreas degradadas. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, v. 15, n. 90, p. 46-51, nov./dez. 2016.
22. _____. Impactos ambientais da mineração e obrigação de recuperar as áreas degradadas. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, v. 16, n. 91, p. 67-70, jan./fev. 2017.
23. _____. Panorama do direito ambiental brasileiro em 2016. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo

Horizonte, v. 16, n. 93, p. 77-82, maio/jun. 2017.

24. FELTRAN, Fernanda Rodrigues. A mediação em casos de impactos ambientais decorrentes do sistema de mobilidade urbana: experiências em grandes cidades. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, v. 16, n. 93, p. 48-56, maio/jun. 2017.
25. FREITAS, Juarez. Direito da infraestrutura e a sindicabilidade dos benefícios sociais, ambientais e econômicos. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, v. 16, n. 92, p. 32-34, mar./abr. 2017.
26. FUENTES YÁÑEZ, Edison Napoleón; DÍAZ OCAMPO, Eduardo; BAYAS VACA, Victor Hugo. Tutela del medio ambiente: ¿Un eufemismo dogmático o un slogan?. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 106, n. 980, p. 115-130, jun. 2017.
27. GARCIA, Rodrigo Saraiva Porto. A vedação ao pacto comissório e a licitude do pacto marciano. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 106, n. 980, p. 562-566, jun. 2017. Jurisprudência comentada.
28. GRECHI, Frederico Price. Do direito administrativo ao direito urbanístico: uma nova perspectiva à luz do Estatuto da Cidade. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, v. 16, n. 91, p. 47-52, jan./fev. 2017.
29. GUADANHIN, Gustavo de Carvalho. Denúncia: recebimento. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 106, n. 980, p. 417-467, jun. 2017. Jurisprudência comentada.
30. KISHI, Sandra Akemi Shimada. O direito ao desenvolvimento sustentável e a biodiversidade. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, v. 16, n. 91, p. 53-66, jan./fev. 2017.
31. LIMA FILHO, Eujecio Coutrim. Inquérito: Supremo Tribunal Federal. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 106, n. 980, p. 493-542, jun. 2017. Jurisprudência comentada.
32. LIMA, João Emmanuel Cordeiro. Bloqueio minerário: instrumento de harmonização entre a mineração e outros empreendimentos ou atividades. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, v. 16, n. 92, p. 28-31, mar./abr. 2017.
33. MACHADO, Gustavo Carvalho. Responsabilidade civil: danos morais. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 106, n. 980, p. 671-686, jun. 2017. Jurisprudência comentada.
34. MARÇAL, Thaís Boia. A função social e a usucapião dos bens públicos: uma releitura a partir da constitucionalização do ordenamento jurídico. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 106, n. 980, p. 157-184, jun. 2017.
35. MARCOS, Patrícia Rossi. A sustentabilidade como condutora da conservação do patrimônio cultural. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, v. 16, n. 93, p. 57-66, maio/jun. 2017.
36. MARTINS, Ives Gandra da Silva. A guerra fiscal e o ICMS. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 106, n. 980, p. P. 23-33, jun. 2017.
37. _____. Imunidades tributárias previstas nos artigos 150, inciso VI, letra 'c', E 195, § 7º, da CF: são cláusulas pétreas por força do artigo 60, § 4º, inciso IV, da Lei suprema. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 106, n. 980, p. 367-389, jun. 2017. Parecer.
38. MENDES, Emerson Soares. Eficiência do sistema de garantia dos credores, de recuperação de empresas e de falência: princípios e diretrizes do banco mundial. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 106, n. 980, p. 261-278, jun. 2017.
39. NASCIMENTO, Mariana Chiesa Gouveia. O exercício do poder de polícia em áreas de risco. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, v. 16, n. 92, p. 35-40, mar./abr. 2017.
40. NOGUEIRA, Ruy Barbosa. Problemática do direito tributário no Brasil. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 106, n. 980, p. 393-404, jun. 2017.
41. OLIVEIRA, Eunice França de. As unidades de conservação em Minas Gerais. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, v. 15, n. 89, p. 15-21, set./out. 2016.
42. PISCITELLI, Tathiane. Contingências e impacto orçamentário no caso da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 106, n. 980, p. 35-48, jun. 2017.
43. PRATA, Geancarlos Lacerda. A terceirização no Brasil. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 106, n. 980, p. 205-232, jun. 2017.
44. RAMÍREZ SÁNCHEZ, Ame. La auditoría ambiental en el derecho público. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, v. 16, n. 91, p. 9-28, jan./fev. 2017.
45. RIBEIRO, Luiz Gustavo Gonçalves. Crime ambiental: conduta omissiva do agente público causando poluição. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 106, n. 980, p. 643-649, jun. 2017. Jurisprudência comentada.

46. RIGÃO, Romulo de Oliveira. A (in)aplicabilidade da governança corporativa na gestão de escritório de advocacia. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 106, n. 980, p. 351-364, jun. 2017.
47. ROSA, Octávio Giacobbo da. A modulação de efeitos nas decisões de inconstitucionalidade tributária e o "risco moral". **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 106, n. 980, p. 69-78, jun. 2017.
48. SANTANA, Paulo Campanha. Biodiversidade e responsabilidade civil por dano ambiental: risco criado ou risco integral? **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, v. 15, n. 89, p. 36-49, set./out. 2016.
49. SANTOS, D'Alembert Arrhenius Alves dos. Desafios atuais de uma modalidade especial de controle administrativo. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, v. 16, n. 93, p. 39-47, maio/jun. 2017.
50. SANTOS, Marcelo Henrique G. Rivera Moreira. Ampliação dos poderes e direitos do fiador: possibilidade de assumir posição ativa para proteção do seu patrimônio. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 106, n. 980, p. 133-153, jun. 2017.
51. SARAIVA FILHO, Oswaldo Othon de Pontes. Imunidade tributária do livro eletrônico: a imunidade de impostos, constantes do art. 150, VI, d, abrange o livro eletrônico. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 106, n. 980, p. 470-475, jun. 2017. Jurisprudência comentada.
52. SEVERINI, Tiago. Exportação: desembaraço aduaneiro. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 106, n. 980, p. 545-559, jun. 2017. Jurisprudência comentada.
53. SILVA, Carlos Sergio Gurgel da. Considerações sobre a natureza jurídica e os procedimentos dos tipos de multas presentes na Lei nº 9.605/1998. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, v. 16, n. 91, p. 29-37, jan./fev. 2017.
54. SILVA, Paulo Renato Fernandes da. A nova Lei geral de terceirização do trabalho no Brasil. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 106, n. 980, p. 233-257, jun. 2017.
55. SILVA, Sandoval Alves da. O dever fundamental da persecução da verdade possível ou provável no CPC de 2015. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 106, n. 980, p. 297-327, jun. 2017.
56. SILVA, Wilker Jeymisson Gomes da. Os impactos da evolução tecnológica nos direitos trabalhistas: o descompasso da Lei em relação ao fato social. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 106, n. 980, p. 187-204, jun. 2017.
57. SOUZA, Aline Dara Flôr de; MENDONÇA, Diego Garcia; SILVA, Marcella Pâmela da Costa. Entrevista com Ricardo Marcondes Martins. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 106, n. 980, p. 407-412, jun. 2017.
58. SUPIONI JUNIOR, Claudimir. A tutela da intimidade, da vida privada e do sigilo de comunicações nas relações de emprego: rescisão por justa causa. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 106, n. 980, p. 688-692, jun. 2017. Jurisprudência comentada.
59. TOZZI, Rodrigo Henrique Branquinho Barboza. Eu sou o rio, o rio sou eu: a atribuição de personalidade jurídica aos bens naturais ambientais. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, v. 16, n. 93, p. 67-76, maio/jun. 2017.
60. TSUKUMO, Isadora Tami Lemos. Terra urbana para habilitação social: alternativas à desapropriação na experiência brasileira. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, v. 16, n. 92, p.41-59, mar./abr. 2017.

SEMANA DE 18 A 22 DE SETEMBRO DE 2017

1. AGUIAR, Guilherme Salgueiro Pacheco de. Honorários sucumbenciais no CPC/2015 e fazenda pública: o importante papel do advogado público no exercício do controle interno da administração. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 195, p. 41-50, maio. 2017.
2. ALFONSIN, Betania. Revisitando o instituto da desapropriação: uma agenda de temas para reflexão. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 194, p. 30-38, abr. 2017.
3. ANDRADE, Romulo de. A polícia rodoviária federal e as funções de polícia judiciária: uma distorção grave. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 16, n. 189, p. 91-94, nov. 2016.
4. ANTÚNEZ SÁNCHEZ, Alcides Francisco. La empresa de alta tecnologia: una visión desde el derecho en Cuba. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 16, n. 189, p. 9-27, nov. 2016.
5. ARAUJO, Fabiano de Figueirêdo. O Supremo Tribunal Federal e as políticas afirmativas no âmbito educacional. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 16, n. 188, p. 16-25, out. 2016.
6. BARROS FILHO, Wilson Accioli de. A (ir)responsabilidade civil do concessionário de serviço público por animal na pista. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 191, p. 66-77, jan. 2017.

7. BERTOTTI, Bárbara Marianna de Mendonça. Da inefetividade à judicialização do direito fundamental à saúde: em busca de parâmetros adequados para a concessão de medicamentos de alto custo. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 16, n. 187, p. 9-28, set. 2016.
8. BONOMO JÚNIOR, Aylton. O momento do depoimento pessoal do requerido na ação de improbidade administrativa soa a perspectiva da garantia fundamental da ampla defesa. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 195, p. 20-30, maio. 2017.
9. CARVALHO, Osvaldo Ferreira de. Os direitos sociais como categoria constitucional. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 195, p. 66-79, maio. 2017.
10. COELHO, Fabio Ulhoa. Exercício de atividade econômica por entidades paraestatais do sistema "S". **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 191, p. 31-35, jan. 2017.
11. COPOLA, Gina. A prescrição da pretensão de ressarcimento ao erário por ato de improbidade administrativa: e o tema nº 897, do e. Supremo Tribunal Federal. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 193, p. 45-47, mar. 2017.
12. _____. Jurisprudência comentada: a necessária existência do dolo para a configuração de ato de improbidade administrativa de afronta aos princípios da administração. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 16, n. 187, p.69-75, set. 2016.
13. COUTINHO, Doris Terezinha Pinto Cordeiro de Miranda. A inegabilidade decorrente de decisões dos tribunais de contas pela prática de ato doloso de improbidade administrativa: condutas vedadas a agentes públicos. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 16, n. 187, p. 36-51, set. 2016.
14. CRITSINELIS, Marco Falcão. A complexidade sistêmica da judicialização e do ativismo judicial no contexto contemporâneo. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 191, p. 36-54, jan. 2017.
15. EINLOFT, Irma Aurora Libardo. A legalização do nepotismo na administração pública frente à inefetividade da súmula nº 13 em relação aos cargos políticos. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 193, p. 69-80, mar. 2017.
16. FERREIRA, Gustavo Donizete da Matta. Considerações sobre o prazo de contestação no juizado especial da fazenda pública. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 195, p. 60-65, maio. 2017.
17. FRANCA FILHO, Marcilio Toscano. Um concerto para constituição de orquestra: músicos, professores e a acumulação de cargos públicos. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 16, n. 187, p. 61-68, set. 2016.
18. FREITAS, Leonardo Buíssa. Federalismo brasileiro e as transferências intergovernamentais: a concretização das políticas públicas à luz da superação da dicotomia do mínimo existencial e a reserva do possível. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 195, p. 31-40, maio. 2017.
19. LUIZ, Diogo. Responsabilidade da administração pública: um estudo acerca do caso fortuito do direito civil brasileiro e da jurisprudência. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 16, n. 189, p. 44-55, nov. 2016.
20. LUZ, Daniel. Fazenda pública em juízo: fundamentos para prerrogativa de prazos diferenciados. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 193, p. 9-16, mar. 2017.
21. MACHADO, Anna Paula Matsuoka Pandim Barbosa. Hate speech: o voo de Ícaro da liberdade de expressão. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 191, p. 9-13, jan. 2017.
22. MACHADO, Henrique Pandim Barbosa. Crowdsourcing, a elaboração democrática da constituição: das terras de gelo aos vales astecas. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 16, n. 188, p. 26-29, out. 2016.
23. _____. Lassale, Hesse e o direito penal internacional. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 194, p. 57-64, abr. 2017.
24. MARANHÃO, Juliana Campos. O princípio do devido processo legal e as prerrogativas da administração pública: a garantia do processo administrativo formal e substancial na demissão do servidor público. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 191, p. 20-30, jan. 2017.
25. MARANHÃO, Pedro de Albuquerque. O controle governamental pela sociedade: um caso de exame de obra pública. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 16, n. 189, p. 71-79, nov. 2016.
26. MARÇAL, Thaís Boia. Revisitando as teorias principiológicas no estado democrático de direito. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 16, n. 187, p. 52-60, set. 2016.
27. MARIANO, Cynara Monteiro. Reflexões sobre a responsabilidade do terceiro para a caracterização da improbidade administrativa. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 16, n. 187, p. 29-35, set. 2016.
28. MARQUES, Samantha Meyer-Pflug. Opinião legal. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 195, p. 51-59, maio. 2017.

29. MOREIRA, Parcelli Dionizio. O princípio da socialidade na formação da vontade da administração pública gerencial. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 16, n. 189, p. 56-70, nov. 2016.
30. MOURA, Emerson Affonso da Costa. As prerrogativas de fazenda pública no novo código de processo civil. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 194, p. 39-48, abr. 2017.
31. _____. Entre a corrupção e a ineficiência: a implementação do Estado gerencial à brasileira com um dos mitos do direito administrativo. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 192, p. 43-48, fev. 2017.
32. MUKAI, Toshio. O Supremo Tribunal Federal decide que há prescrição nas ações de reparação ao erário por danos causados por ilícitos civis. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 191, p. 64-65, jan. 2017.
33. _____. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 192, p. 89-90, fev. 2017.
34. MUNIZ, Veyzon Campos. Certificado digital: um estudo exploratório. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 192, p. 84-88, fev. 2017.
35. NASCIMENTO, Cristiano de Jesus Pereira. O sapateiro de Apeles: o STF após 1988. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 191, p. 14-19, jan. 2017.
36. _____. Processo deliberativo da Suprema Corte dos Estados Unidos. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 16, n. 189, p. 37-43, nov. 2016.
37. NELSON, Rocco Antonio Rangel Rosso. Servidor público: contratos temporários ilegais e os direitos trabalhistas. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 16, n. 189, p. 80-90, nov. 2016.
38. NOHARA, Irene Patricia. Desafios de inovação na administração pública contemporânea: "destruição criadora" ou "inovação destruidora" do direito administrativo. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 194, p. 65-71, abr. 2017.
39. _____. Piores transformações no regime das parcerias com as organizações da sociedade civil pela Lei nº 13.204. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 16, n. 187, p. 77-79, set. 2016.
40. OLIVEIRA, Luciano. Os direitos sociais e o judiciário: reflexões a favor de um olhar sociológico. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 192, p. 54-62, fev. 2017.
41. PASOLD, Cesar Luiz. A configuração do direito portuário brasileiro: exercício de percepção jurídica e institucional. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 192, p. 27-42, fev. 2017.
42. PERNAMBUCO, Leandro Oliveira. A relativização da inviolabilidade domiciliar e do direito de propriedade particular em prol da saúde pública. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 193, p. 81-91, mar. 2017.
43. PRASERES, Julio Mariano Fernandes. A responsabilidade das concessionárias e permissionárias de serviços públicos por danos causados aos usuários e aos terceiros não usuários. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 16, n. 188, p. 30-42, out. 2016.
44. RAMOS, Karina Mota Ramalho. Privatização de presídios em Pernambuco: solução para o colapso do sistema prisional e para a ressocialização efetiva dos apenados. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 16, n. 188, p. 43-58, out. 2016.
45. REIS, Clóvis Mendes Leite Reimão dos. A aplicação supletiva e subsidiária do CPC/2015 aos processos administrativos estaduais, municipais e distritais: uma análise crítica da ADI nº 5.492/DF. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 16, n. 189, p. 28-36, nov. 2016.
46. RIGOLIN, Ivan Barbosa. Reativação de contrato administrativo: inexistência de regras. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 192, p. 49-53, fev. 2017.
47. _____. Servidores de conselhos de fiscalização profissional: demissibilidade. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 193, p. 49-55, mar. 2017.
48. ROSA, Luciano. A controvérsia da perda do cargo público como efeito da condenação penal. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 16, n. 188, p. 59-67, out. 2016.
49. SALLES, Alexandre Aroeira. Fundamentos e limites da medida cautelar de indisponibilidade de bens decretada pelo Tribunal de Contas da União: contra particulares contratados da administração pública. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 16, n. 188, p.9-15, out. 2016.
50. SANCTIS, Fausto Martin de. Medidas contra a corrupção: a política na era da desconfiança. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 191, p. P. 79-81, jan. 2017.
51. SANTOS JUNIOR, Adalmo Oliveira dos. A alteração do regime previdenciário dos empregados públicos promovida pela EC nº 20/1998: análise da jurisprudência consolidada e dos direitos (ainda hoje) lesados.

Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v. 17, n. 195, p. 9-19, maio. 2017.

52. SILVA FILHO, Derly Barreto e. A presidencialização do poder legislativo e a parlamentarização do poder executivo no Brasil. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 193, p. 17-43, mar. 2017.
53. SILVA, Diógenes Ivo Fernandes de Sousa Silva. A advocacia pública e o controle de juridicidade. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 194, p. 9-29, abr. 2017.
54. SORBILLI FILHO, Roberto. Regime de trabalho em consórcios públicos. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 191, p. 55-63, jan. 2017.
55. VACCARO, Stefania Becattini. A (ir)racional atuação do poder judiciário: entre a discricionariedade das políticas públicas e a efetivação dos direitos fundamentais. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 192, p. 69-75, fev. 2017.
56. VALLE, Vanice Regina Lírio do. O papel da adjudicação como mecanismo social de composição de conflitos. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 192, p. 76-83, fev. 2017.
57. VICENTE, Luciano Rosa. A controvérsia sobre a estabilidade dos membros de comissões disciplinares na esfera federal brasileira. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 193, p. 57-68, mar. 2017.
58. YANAGUI, Sérgio de Brito. A inconstitucionalidade da restrição em concurso público de candidato investigado. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 192, p. 63-68, fev. 2017.

SEMANA DE 25 A 29 DE SETEMBRO DE 2017

1. ABUSSAFI, Antonio Marcos Gonçalves. Protesto interruptivo de prescrição no novo código de processo civil. **Revista Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário**, São Paulo, v. 06, n. 35, p. 63-75, nov./dez. 2016.
2. ARAGÃO, Alexandre Santos de. Princípio da subsidiariedade: potencialidades e limites. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v. 19, n. 102, p. 45-55, mar./abr. 2017.
3. ARANHA NETO, Waldemar Albuquerque. A aplicação do princípio da insignificância no crime de descaminho. **Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v. 18, n. 103, p. 39-70, abr./maio. 2017.
4. ASSAL, Fêres El. A legitimidade ativa extraordinária do Ministério Público de Contas para, judicialmente, defender interesses institucionais: e/ou seus direito-função por meio do mandado de segurança. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 16, n. 190, p. 24-33, dez. 2016.
5. BARAK, Gregg. Alternativas ao controle de fraudes de valores mobiliários de alto risco: propondo mudanças estruturais na era do expansionismo financeiro e do capital global insustentável. **Revista de Estudos Criminais**, Porto Alegre, v. 16, n. 64, p. 9-31, jan./mar. 2017.
6. BARROS, Caio Sergio Paz de. Parcerias público-privadas a financiarem a reestruturação do carcomido sistema penitenciário. **Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v. 17, n. 102, p. 51-104, fev./mar. 2017.
7. BARROSO, Roberta Lídice de Azevedo. Reeducanda do sistema prisional: ressocialização como mudança de vida, o crime não compensa. **Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v. 17, n. 102, p. 105-107, fev./mar. 2017.
8. CABETTE, Eduardo Luiz Santos. Omissão perante a tortura e inconstitucionalidade omissiva. **Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v. 18, n. 103, p. 71-76, abr./maio. 2017.
9. _____. Tráfico de pessoas: artigo 149-A do CP. **Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v. 17, n. 102, p. 17-21, fev./mar. 2017.
10. CAMPOS, Ingrid Zanella Andrade. A regulação de avaria grossa: aspectos processuais e a atuação do tribunal marítimo. **Revista Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário**, São Paulo, v. 06, n. 35, p. 125-144, nov./dez. 2016.
11. CARDOSO, Bruna Lacerda. Pactuações do Estado com a sociedade civil: as alterações da Lei nº 13.019/2014 e as suas implicações na gestão dos municípios brasileiros. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v. 19, n. 102, p. 107-126, mar./abr. 2017.
12. CARVALHO, Jaqueline Lourenço Rodrigues Lopes de. Direito penal econômico: a releitura do direito penal clássico para o combate à macrocriminalidade. **Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v. 17, n. 102, p. 22-49, fev./mar. 2017.
13. COUTINHO, Doris Terezinha Pinto Cordeiro de Miranda. Amicus curiae no atual código de processo civil aplicável aos tribunais de contas. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v. 19, n. 101, p. 197-215, jan./fev. 2017.

14. CUNDA, Daniela Zago Goncalves da; REIS, Fernando Simões dos. A atuação dos tribunais de contas em prol da indução das energias renováveis. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v. 19, n. 102, p. 129-148, mar./abr. 2017.
15. CUNHA, Paulo Ferreira da. Direito fundamental à felicidade: dos clássicos à sociedade da informação. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v. 19, n. 102, p. 59-84, mar./abr. 2017.
16. FERRAZ, Hamilton Gonçalves. Culpabilidade e estado democrático de direito. **Revista de Estudos Criminais**, Porto Alegre, v. 16, n. 64, p. 147-171, jan./mar. 2017.
17. FERROS, Ligia; SOUSA, Vítor de. Fatores de risco e fatores de proteção para comportamentos desviantes. **Revista de Estudos Criminais**, Porto Alegre, v. 16, n. 64, p. 33-46, jan./mar. 2017.
18. FREITAS, Daniel Castanha de. O protagonismo do órgão jurisdicional: uma pesquisa empírica da perspectiva dos magistrados do Tribunal de Justiça do Paraná sobre ativismo judicial. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v. 19, n. 101, p. 115-130, jan./fev. 2017.
19. FREITAS, Rafael Véras de. Os contratos privados celebrados por concessionários de serviços públicos e a sua regulação. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v. 19, n. 101, p. 219-240, jan./fev. 2017.
20. FROHLICH, Luisa Falcão Werneck. Mediação no Brasil. **Revista Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário**, São Paulo, v. 06, n. 35, p. 48-62, nov./dez. 2016.
21. GALANTE, Luis Felipe. O embargo de embarcações no novo CPC. **Revista Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário**, São Paulo, v. 06, n. 35, p. 167-193, nov./dez. 2016.
22. GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. Interceptações telefônicas no STF: rumo a um processo penal de segurança pública? **Revista de Estudos Criminais**, Porto Alegre, v. 16, n. 64, p. 69-87, jan./mar. 2017.
23. GONÇALVES, Marcelo David. Dos processos no tribunal marítimo. **Revista Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário**, São Paulo, v. 06, n. 35, p. 231-240, nov./dez. 2016.
24. JÚDICE, Mônica Pimenta. Os procedimentos especiais marítimos. **Revista Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário**, São Paulo, v. 06, n. 35, p. 253-275, nov./dez. 2016.
25. KULLOK, Arthur Levy Brandão. O caso Andreas Lubitz e o dever de sigilo médico sob a perspectiva do direito penal português. **Revista de Estudos Criminais**, Porto Alegre, v. 16, n. 64, p. 47-66, jan./mar. 2017.
26. LEAL, Juliana Gomes. Programa de parcerias e financiamentos para o setor portuário: novas teorias e velhas práticas. **Revista Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário**, São Paulo, v. 06, n. 35, p. 87-108, nov./dez. 2016.
27. LOURENÇO JUNIOR, José Luiz. Da sub-rogação da seguradora nos litígios sobre o contrato de transporte. **Revista Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário**, São Paulo, v. 06, n. 35, p. 162-166, nov./dez. 2016.
28. MACHADO, Hugo de Brito. Natureza jurídica do código tributário nacional e do decreto que regula o procedimento administrativo tributário. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v. 19, n. 101, p. 175-179, jan./fev. 2017.
29. MARÇAL, Thais. A convergência entre cooperação processual e consensualidade administrativa na gestão do estado democrático de direito. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 16, n. 190, p. 44-48, dez. 2016.
30. MARTINS, João Victor Ruiz. Estado regulador e a aplicação das doutrinas State Action e Pervasive Power pelo CADE no julgamento da cobrança de THC-2. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v. 19, n. 102, p. 151-168, mar./abr. 2017.
31. MORAIZ, Breno Ferreira. O princípio da presunção de não culpabilidade e a constitucionalidade da execução da pena após julgamento por órgão de segundo grau de jurisdição. **Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v. 18, n. 103, p. 77-111, abr./maio 2017.
32. MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Controle de contas e o equilíbrio entre poderes: notas sobre a autonomia do sistema de controle externo. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v. 19, n. 101, p. 15-53, jan./fev. 2017.
33. NASCIMENTO, Ana Clara Mendonça do. Breves considerações sobre a inconstitucionalidade do artigo 313, VII, do novo código de processo civil: suspensão do processo judicial em razão de processo administrativo de competência do tribunal marítimo. **Revista Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário**, São Paulo, v. 06, n. 35, p. 31-47, nov./dez. 2016.
34. NASCIMENTO, Cristiano de Jesus Pereira. Direito ao silêncio: breve notícia da jurisprudência norte-americana. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 16, n. 190, p. 15-23, dez. 2016.
35. NASCIMENTO, Felipe Costa Laurindo do. Caso do M/T Vicuña e a formação de precedentes através do julgamento de recursos especiais repetitivos conforme o CPC/2015. **Revista Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário**, São Paulo, v. 06, n. 35, p. 76-87, nov./dez. 2016.

36. NOTTINGHAM, Andréa de Boni. O garantismo e a discriminação do porte de drogas para uso pessoal pelo Supremo Tribunal Federal. **Revista de Estudos Criminais**, Porto Alegre, v. 16, n. 64, p. 125-145, jan./mar. 2017.
37. NUNES, Mariana Madera. O direito ao promotor natural no processo penal: a predeterminação legal do acusador como limite ao poder punitivo estatal. **Revista de Estudos Criminais**, Porto Alegre, v. 16, n. 64, p. 89-124, jan./mar. 2017.
38. OLIVEIRA, Mateus Soares de. Reflexos das tutelas de urgência do novo código de processo civil. **Revista Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário**, São Paulo, v. 06, n. 35, p. 9-30, nov./dez. 2016.
39. PACHECO, Paulo Henrique Cremonese. O novo código de processo civil e o direito dos transportes: da invalidade e ineficácia da cláusula de compromisso arbitral no contrato internacional de transporte marítimo de carga. **Revista Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário**, São Paulo, v. 06, n. 35, p. 300-310, nov./dez. 2016.
40. PEREIRA JUNIOR, Jesse Torres. A tecnologia na atividade contratual do Estado. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v. 19, n. 101, p. 55-87, jan./fev. 2017.
41. PEREIRA, Bruno Cláudio Penna Amorim. Defensoria pública e iniciativa legislativa: uma abordagem a partir da constituição da república às constituições estaduais. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 16, n. 190, p. 9-14, dez. 2016.
42. PINTO, Jose Guilherme Berman Correa. Direito administrativo consensual, acordo de leniência e ação de improbidade. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 16, n. 190, p. 49-56, dez. 2016.
43. PRETO, Raquel Elita Alves. Legalidade, competência normativa e competência regulamentar: contribuição analítica para um tema fundamental do direito público. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 16, n. 190, p. 64-76, dez. 2016.
44. PUREZA, Diego Luis Victório. A responsabilidade penal da pessoa jurídica nos crimes ambientais. **Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v. 18, n. 103, p. 14-19, abr./maio. 2017.
45. _____. O crime de tráfico de pessoas após a Lei nº 13.344/2016. **Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v. 17, n. 102, p. 9-16, fev./mar. 2017.
46. REVERBEL, Carlos Eduardo Dieder. Eficácia horizontal dos direitos fundamentais: drittwirkung e state action. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v. 19, n. 101, p. 131-150, jan./fev. 2017.
47. RIBEIRO, Juscimar Pinto. Alguns apontamentos na discussão sobre regime jurídico das carreiras do Estado: pontos de aproximação e distanciamento entre prerrogativas e responsabilização dos membros do judiciário, do ministério público e da advocacia pública federal, estadual e municipal. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 16, n. 190, p. 57-63, dez. 2016.
48. RIEGER, Renata Jardim da Cunha. Breves considerações sobre a responsabilidade penal da pessoa jurídica e sobre a superação do critério da dupla imputação na jurisprudência. **Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v. 18, n. 103, p. 9-13, abr./maio. 2017.
49. _____. Princípio da adequação social: considerações sobre a jurisprudência dos tribunais superiores. **Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v. 17, n. 102, p. 108-122, fev./mar. 2017.
50. RIZK, Werner Braun. Da ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo no código de processo civil de 2015. **Revista Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário**, São Paulo, v. 06, n. 35, p. 310-321, nov./dez. 2016.
51. ROCHA, Caio Martins. O tribunal marítimo e as regras da vedação à decisão surpresa e da obrigatoriedade da fundamentação nos parâmetros delineados pelo artigo 489 § 1º, do CPC. **Revista Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário**, São Paulo, v. 06, n. 35, p. 194-207, nov./dez. 2016.
52. ROUSSEAU, Dominique. "Ser do mundo" ou "sujeito da experiência": os desafios do mundo e seus reencantamentos. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v. 19, n. 101, p. 154-171, jan./fev. 2017.
53. SAMMARCO, Marcelo de Lucena. Arbitragem marítima e o novo código de processo civil: dos efeitos da cláusula de arbitragem em face do segurador su-rogado nas disputas por perdas e danos de cargas. **Revista Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário**, São Paulo, v. 06, n. 35, p. 241-252, nov./dez. 2016.
54. SANTOS, Ariovaldo dos; CANADO, Vanessa Rahal. Aspectos tributários e contábeis do reconhecimento de receita nas operações de permuta. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v. 19, n. 102, p. 87-104, mar./abr. 2017.
55. SANTOS, Marcelo de Oliveira Fausto Figueiredo. A cooperação internacional, o combate ao terrorismo no Brasil e na região: as constituições e as convenções interamericanas. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v. 19, n. 101, p. 89-114, jan./fev. 2017.

56. SIANO, Roberto Leven. Cláusulas compromissórias arbitrais e de foro estrangeiro em contratos de transporte marítimo de mercadorias. **Revista Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário**, São Paulo, v. 06, n. 35, p. 207-230, nov./dez. 2016.
57. SILVA FILHO, Nelson Cavalcante e. O regime das avarias no direito brasileiro. **Revista Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário**, São Paulo, v. 06, n. 35, p. 276-299, nov./dez. 2016.
58. SILVA, Francisco Carlos de Moraes. A arbitragem como solução de conflitos portuários. **Revista Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário**, São Paulo, v. 06, n. 35, p. 109-124, nov./dez. 2016.
59. SOUZA, Leonardo da Rocha de. Ingresso em imóveis fechados e atuação da administração pública municipal no combate ao *Aedes aegypti*. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v. 19, n. 101, p. 183-193, jan./fev. 2017.
60. STAHL, Sidney. Efeitos do novo CPC na graduação da penalidade aduaneira: uma reflexão sobre a segurança e razoabilidade das interpretações e nas sanções. **Revista Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário**, São Paulo, v. 06, n. 35, p. 322-349, nov./dez. 2016.
61. STIVALETTI, Marcel Nicolau; SILVA, Aline Bayer da. Da relação entre poder judiciário e tribunal marítimo: inconstitucionalidade do artigo 313, VII, do CPC. **Revista Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário**, São Paulo, v. 06, n. 35, p. 350-366, nov./dez. 2016.
62. VASCONCELOS, Ronaldo; GULIM, Marcello de Oliveira. Arbitragem e direito marítimo: uma breve análise à luz da arbitragem na Lei dos portos e do decreto nº 8.465/2015. **Revista Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário**, São Paulo, v. 06, n. 35, p. 145-161, nov./dez. 2016.
63. VIEIRA, Ariane Shermam Moraes. Governança pública e combate à corrupção: novas perspectivas para o controle da administração pública brasileira. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v. 19, n. 102, p. 27-44, mar./abr. 2017.
64. ZYMLER, Benjamin. Considerações sobre o estatuto jurídico das empresas estatais: Lei 13.303/2016. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v. 19, n. 102, p. 15-26, mar./abr. 2017.